



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 24 de março de 2013.

Caderno de Prova A

2ª etapa: Prova de Conhecimentos

Cargo: Escrivão de Polícia de 3ª Classe

Este caderno de prova contém questões de

| Prova Objetiva | | | | | | | | | | Prova Discursiva | | | |
|----------------------|-------------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Conhecimentos Gerais | | | | | Conhecimentos Específicos | | | | | Redação | | | |
| Língua Portuguesa | Realidade Étnica* | Informática Básica | Soma | | Noções de Direito Administrativo | Noções de Direito Constitucional | Noções de Direito Penal | Noções de Direito Processual Penal | Soma | | | | |
| Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Valor de cada Questão | Valor da Prova | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Valor de cada Questão | Valor da Prova | Nº de Questões | Valor da Questão | Valor da Prova |
| 10 | 5 | 5 | 1 | 20 | 7 | 7 | 8 | 8 | 2 | 60 | 1 | 50 | 50 |

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil (lei nº 14.911, de 11 de agosto de 2004).

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 94 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 91, 99 e 100 do Edital.
- 5) A resposta da prova discursiva (redação) deverá ser transcrita no caderno de resposta de redação com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O caderno de resposta será o único documento válido para a correção da prova discursiva, conforme itens 91 e 108 do Edital.
- 6) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 7) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 71, 72 e 95 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

| Questão | Alternativas |
|---------|--------------|
| 1 | a b c d |
| 2 | a b c d |
| 3 | a b c d |
| 4 | a b c d |
| 5 | a b c d |
| 6 | a b c d |
| 7 | a b c d |
| 8 | a b c d |
| 9 | a b c d |
| 10 | a b c d |
| 11 | a b c d |
| 12 | a b c d |
| 13 | a b c d |
| 14 | a b c d |
| 15 | a b c d |
| 16 | a b c d |
| 17 | a b c d |
| 18 | a b c d |
| 19 | a b c d |
| 20 | a b c d |
| 21 | a b c d |
| 22 | a b c d |
| 23 | a b c d |
| 24 | a b c d |
| 25 | a b c d |
| 26 | a b c d |
| 27 | a b c d |
| 28 | a b c d |
| 29 | a b c d |
| 30 | a b c d |
| 31 | a b c d |
| 32 | a b c d |
| 33 | a b c d |
| 34 | a b c d |
| 35 | a b c d |
| 36 | a b c d |
| 37 | a b c d |
| 38 | a b c d |
| 39 | a b c d |
| 40 | a b c d |
| 41 | a b c d |
| 42 | a b c d |
| 43 | a b c d |
| 44 | a b c d |
| 45 | a b c d |
| 46 | a b c d |
| 47 | a b c d |
| 48 | a b c d |
| 49 | a b c d |
| 50 | a b c d |

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 6.

As origens sociais da memória indireta

1 O estudo da memória humana revela que, mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento
2 social, existem dois tipos fundamentalmente diferentes de memória. Uma delas, dominante no
3 comportamento de povos iletrados, caracteriza-se pela impressão não mediada de materiais, pela retenção
4 das experiências reais como a base dos traços mnemônicos. Nós a chamamos de *memória natural*. Esse
5 tipo de memória está muito próximo da percepção sensorial, uma vez que surge como consequência da
6 influência direta dos estímulos externos sobre os seres humanos. Do ponto de vista da estrutura, o
7 processo todo caracteriza-se pela qualidade do imediatismo.

8 No entanto, mesmo no caso de homens e mulheres iletrados, a memória natural não é o único tipo
9 encontrado. Ao contrário, coexistem com ela outros tipos de memória pertencentes a linhas de
10 desenvolvimento completamente diferentes. O uso de pedaços de madeira entalhada e nós, a escrita
11 primitiva e auxiliares mnemônicos simples, demonstram, no seu conjunto, que mesmo nos estágios mais
12 primitivos do desenvolvimento histórico os seres humanos foram além dos limites das funções biológicas
13 elementares e das funções psicológicas impostas pela natureza, evoluindo para uma organização nova,
14 culturalmente elaborada, de seu comportamento. A análise comparativa mostra que tal tipo de atividade
15 está ausente mesmo nas espécies superiores de animais; acreditamos que essas operações com signos
16 são produto das condições específicas do desenvolvimento *social*.

17 Mesmo essas operações relativamente simples, como atar nós e marcar um pedaço de madeira
18 com a finalidade de auxiliares mnemônicos, modificam a estrutura psicológica do processo de memória.
19 Elas estendem a operação de memória para além das dimensões biológicas elementares do sistema
20 nervoso humano, permitindo incorporar a ele estímulos artificiais, ou autogerados, que chamamos *signos*.
21 Essa incorporação, que singulariza os seres humanos, tem o significado de uma forma inteiramente nova
22 de comportamento, que podemos chamar provisoriamente de *memória autogerada*. A diferença essencial
23 entre esse tipo de comportamento e as funções elementares será encontrada nas relações entre os
24 estímulos e as respostas em cada um deles. As funções elementares têm como característica fundamental
25 o fato de serem total e diretamente determinadas pela estimulação ambiental. No caso das funções
26 superiores, a característica essencial é a estimulação autogerada, isto é, a criação e o uso de estímulos
27 artificiais que se tornam a causa imediata do comportamento.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 31-32. (Adaptado).

Questão 1

É ideia defendida no texto:

- a) As operações simples para auxiliar a memória, como uso de nós e de pedaços de madeira, fazem parte da memória natural, e não interferem na estrutura psicológica do processo da memória.
- b) O uso de estímulos artificiais autogerados é característica essencial das funções superiores, e está presente apenas nos seres humanos.
- c) A memória natural caracteriza-se por fazer uso de auxiliares mnemônicos em geral e é o único tipo de memória encontrado em pessoas iletradas.
- d) A memória autogerada está presente tanto nos seres humanos quanto nos animais, já que ambos são capazes de evocar lembranças de acontecimentos passados.

Questão 2

Há pessoas que, para se lembrarem de fazer algo fora de sua rotina, usam artifícios como, por exemplo, fazer um sinal na mão ou mudar o relógio de braço. De acordo com o texto, esse comportamento é um exemplo de

- percepção sensorial, visto que não há atividade cognitiva elaborada nem intencional do indivíduo, de modo que a lembrança resultará de estímulos externos.
- memória natural, já que a lembrança pretendida surge a partir de um estímulo natural, externo ao indivíduo e independente de sua vontade.
- função biológica elementar, pois o resultado da ação é determinado diretamente pela estimulação oriunda do ambiente externo ao indivíduo.
- estímulo artificial, a que se pode chamar de signo, porque estende a operação da memória para além dos aspectos biológicos do ser humano.

Questão 3

Nos trechos “mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento social” (linhas 1-2) e “uma vez que surge como consequência da influência direta dos estímulos externos sobre seres humanos” (linhas 5-6), os itens sublinhados expressam, respectivamente, sentido de

- explicação e restrição
- inclusão e causa
- condição e finalidade
- tempo e comparação

Questão 4

A oração sublinhada em “A análise comparativa mostra que tal tipo de atividade está ausente mesmo nas espécies superiores de animais” (linhas 14-15) exerce a mesma função sintática da oração que está destacada em:

- “No caso das funções superiores, a característica essencial é a estimulação autogerada, isto é, a criação de estímulos artificiais que se tornam a causa imediata do comportamento.” (linhas 25-27)
- “Elas estendem a operação de memória para além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano, permitindo incorporar a ele estímulos artificiais, ou autogerados, que chamamos signos.” (linha 19-20)
- “O estudo da memória humana revela que [...] existem dois tipos fundamentalmente diferentes de memória.” (linhas 1-2)
- “Essa incorporação, que caracteriza os seres humanos, tem o significado de uma forma inteiramente nova de comportamento.” (linhas 21-22)

Questão 5

Na expressão “traços mnemônicos” (linha 4), a palavra sublinhada pode, sem prejuízo de sentido, ser substituída por:

- imagéticos
- de conhecimento
- comportamentais
- de memória

Questão 6

A pontuação está empregada de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- Ainda que dotados de algum grau de inteligência, os animais superiores não têm a capacidade de falar.
- Os dois tipos de memória: natural e autogerada; estão presentes nos seres humanos.
- Os estudos recentes sobre a memória, mostram que a capacidade do cérebro, é quase infinita.
- A memória natural, intimamente relacionada à percepção sensorial também está presente nos animais.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 7 a 10.

1 A 8 de dezembro de 1822, num solene *Te Deum* celebrado no Recife, o frade carmelita Joaquim do
2 Amor Divino Caneca, participante da revolta de 1817 e ativista liberal em Pernambuco, pronunciou discurso
3 de homenagem à Independência e ao imperador. Estas foram suas palavras: “Debaixo deste império
4 constitucional que abate o despotismo, ruína das ciências, das artes, dos costumes, da razão e da
5 liberdade, veremos o gênio brasileiro apresentar prodígios” – bradou do alto do púlpito da matriz do Corpo
6 Santo.

7 Passado um ano, no lançamento de seu jornal *Typhis Pernambucano*, a 25 de dezembro de 1823, o
8 brado de frei Caneca era outro: “Acorda, Pernambuco, do sono profundo e letárgico em que jazes! Atenta
9 aos verdadeiros interesses, vê o perigo, olha o medonho nevoeiro que se levanta do Sul e que vai se
10 desfechar em desastrosa tempestade”. Seis meses depois, o frade e muitos outros pernambucanos
11 estavam em armas contra o Império.

12 Pernambuco já havia curado as feridas provocadas pela repressão da tentativa revolucionária de
13 1817. Na sua tradição antilusitana e anticolonialista antecipara-se à emancipação brasileira, expulsando o
14 governador português e elegendo uma junta governativa “democrática e independente” em 1821.

Questão 7

As duas manifestações de frei Caneca demonstram que ele

- condenou os movimentos revolucionários contra o império, oriundos do Sul do país, e lutou contra eles.
- foi opositor ao império tanto no discurso proferido em 1822 quanto naquele de 1823.
- foi defensor do império, postura que manteve em ambos os momentos históricos mencionados no texto.
- apoiou o imperador no discurso de 1822, mas depois mudou de opinião, passando a combater o império.

Questão 8

Os dois trechos apresentados entre aspas (linhas 3-5 e 8-10) no texto indicam, respectivamente, discurso

- indireto livre e indireto.
- direto em ambos.
- indireto em ambos.
- indireto e indireto livre.

Questão 9

Os termos “Estas” (linha 3) e “sua” (linha 13) fazem, respectivamente, referência

- catafórica e catafórica
- anafórica e anafórica
- anafórica e catafórica
- catafórica e anafórica

Questão 10

É exemplo de uso denotativo da linguagem:

- “O frade carmelita Joaquim do Amor Divino Caneca [...] pronunciou discurso de homenagem à Independência e ao imperador” (linhas 1-3).
- “Acorda, Pernambuco, do sono profundo e letárgico em que jazes!” (linha 8).
- “[...] olha o medonho nevoeiro que se levanta do Sul e que vai se desfechar em desastrosa tempestade” (linhas 9-10).
- “Pernambuco já havia curado as feridas provocadas pela repressão da tentativa revolucionária de 1817” (linhas 12-13).

Espaço para rascunho

Questão 11

O governo Mauro Borges se firmou em diretrizes planejadas – foi o primeiro, em Goiás, a adotar critérios científicos de planejamento, com base no diagnóstico do potencial do Estado e de suas carências, e com respaldo de estudos encomendados à Fundação Getúlio Vargas.

ROCHA, Hélio. *Os inquilinos da Casa Verde*. Goiânia: Asa, 2004. p. 99.

O projeto de modernização administrativa de Mauro Borges fomentou a criação

- do Plano Mauro Borges, que estabelecia a necessidade de o estado fomentar a iniciativa privada, evitando a criação de estatais que fossem onerosas para os cofres públicos.
- de vultosos investimentos em obras de infraestrutura, como a construção do Autódromo Internacional de Goiânia e do Estádio Serra Dourada.
- de parcerias entre os governos federal e estadual, facilitadas pelo fato de Mauro Borges ter apoiado a candidatura de Jânio Quadros à presidência nas eleições de 1961.
- do Plano de Desenvolvimento, conhecido como Plano MB, que previa a interferência do Estado em atividades econômicas onde se sentia a ausência da iniciativa privada.

Questão 12

A guerra ofensiva perpetrada contra os Avá-Canoeiro durou até a década de 1860 (praticamente 100 anos de conflitos contínuos entre colonos e indígenas), tendo como consequência a redução da população.

PEDROSO, Dulce Madalena. Avá-Canoeiro. In. MOURA, Marlene de Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006. p. 96.

O texto citado refere-se a um importante grupo indígena de Goiás, os Avá-Canoeiro, praticamente dizimados em decorrência da guerra com os colonizadores. O motivo desse conflito é decorrente

- da especificidade da língua macro-jê falada pelos Avá-Canoeiro, que inviabilizava a sua catequização, pois destoava da língua geral utilizada pelos jesuítas para evangelização indígena.
- do desejo dos colonizadores de apossar-se das terras habitadas pelos Avá-Canoeiro, já que elas, situadas na bacia do Rio Vermelho, eram ricas em ouro.
- do deslocamento da exploração agropecuária para o norte da Capitania, quando fazendas de gado foram estabelecidas em território habitado pelos Avá-Canoeiro.
- da miscigenação étnica entre os Avá-Canoeiro e os quilombolas, o que lhes possibilitou condições de atacar engenhos, colocando em risco o sistema escravista.

Questão 13

Os 120 alforriados e mulatos registrados na capitação de 1741 tinham crescido em 1804 até 23.577, deles 7.992 negros livres e 15.582 mulatos.

PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2001, p. 89.

O texto citado aborda o crescimento do número de escravos libertos na Capitania de Goiás. O motivo para a elevação do número de escravos alforriados decorreu da

- incorporação dos escravos ao aparelho repressor do sistema escravista, uma vez que os capitães do mato e os feitores eram escravos libertos.
- participação dos escravos nas guerras contra os indígenas, o que permitiu que alguns fossem alforriados por ato de bravura.
- emancipação dos escravos batizados no catolicismo, uma vez que a tradição religiosa não permitia um cristão escravizar outro cristão.
- brecha do sistema escravista, que possibilitava o trabalho extra de alguns escravos para acumular recursos e comprar a sua liberdade.

Espaço para rascunho

Questão 14

O regime fluvial do Rio Araguaia [...] está condicionado às chuvas tropicais de verão, época em que sua feição se modifica completamente, porque ele transborda e inunda muitas léguas de praias, reabastecendo lagos que secam no inverno, alimenta canais, cria ilhas e muda constantemente de leito, numa procura constante para firmar-se em um canal definitivo.

BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETTO, A.; GOMES, H. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004. p. 158.

O texto refere-se ao Rio Araguaia, que é caracterizado por

- a) apresentar difícil navegabilidade em decorrência da redução no volume de água em períodos de estiagem, fato que compromete a viabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins.
- b) apresentar nascentes localizadas na fronteira entre Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e percorrer cerca de 1.800 quilômetros no sentido Leste-Norte, tendo como exultório o Rio Tocantins.
- c) ser denominado de “Rio Grande” pelos indígenas Caiapó e ter sido explorado no tempo das bandeiras para pesca e navegação.
- d) ser um rio de planície que não apresenta nenhum tipo de barreira natural, como por exemplo cachoeiras, corredeiras ou bancos de areia.

Questão 15

Clima e vegetação são componentes da natureza associados entre si. Por isso, devem ser analisados juntos para que se possa ter uma visão mais real da totalidade e, assim, mais verdadeira do espaço geográfico estudado.

BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETTO, A.; GOMES, H. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 2004, 2. ed. p. 137.

Ao tratar da relação entre clima e vegetação, o texto indica que

- a) as diferenciações existentes na estrutura e na composição da vegetação são decorrentes de alterações no tipo de solo, relevo, no volume de precipitação e nas formas de uso da terra.
- b) a vegetação do Cerrado é composta de paisagens uniformes, semelhantes àquelas encontradas na vegetação savânica.
- c) as unidades fitogeográficas do Cerrado goiano são resultantes de fatores e elementos ecológicos, tais como: clima, solos e relevo.
- d) a ideia de que a “vegetação é o espelho do clima” remete à impossibilidade de associação da mesma com os demais elementos ecológicos.

Espaço para rascunho

Questão 16

Ao editar um texto o usuário pode decidir modificar a forma com que os caracteres são apresentados, alternando entre letras maiúsculas e minúsculas. No LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, na sua configuração padrão em português, um dos modos de fazer isso, após se selecionar o texto desejado, é:

- a) clicar com o botão auxiliar do mouse sobre o texto selecionado e escolher a opção Alterar Caixa, onde se tem acesso às opções de mudança de caixa.
- b) clicar com o botão auxiliar do mouse e escolher a opção Fonte, item Formatação e finalmente Estilo de Caixa.
- c) escolher a opção Formatar na barra de menu, em seguida o recurso Estilos e Formatação e selecionar o recurso de Caixa.
- d) escolher a opção Formatação no menu Ferramentas, onde se tem acesso ao submenu Mudança de Caixa, item Aplicar ao texto selecionado.

Questão 17

O entendimento de como o computador é estruturado auxilia no processo de escolha do hardware mais adequado às necessidades do usuário. Sobre especificações e conceitos de componentes e periféricos, tem-se que

- a) o processador trabalha diretamente com dados que são disponibilizados na memória secundária e que são conduzidos da memória ROM para a memória Cache.
- b) o disco rígido, assim como a memória RAM, são memórias magnéticas eletromecânicas, com estrutura de armazenamento similar.
- c) a placa mãe e o processador trabalham com igual frequência, que é gerada pelo relógio (clock) do computador e é medida em Hertz (Hz).
- d) a memória Cache é uma memória de tamanho reduzido, quando comparada à capacidade da memória RAM, mas com velocidade de acesso muito superior.

Questão 18

O Internet Explorer 7 é um dos navegadores mais comuns, distribuído pela Microsoft. Sobre fundamentos desse navegador em sua configuração padrão, tem-se o seguinte:

- a) o filtro Phishing, disponível no menu Favoritos, possibilita ao navegador filtrar conteúdos que atendam às especificações de segurança parentais previamente definidas.
- b) ao escolher a opção Trabalhar Offline, disponível no menu Arquivo, o usuário poderá navegar pela Internet sem que o histórico de navegação seja gravado.
- c) ao selecionar a opção Importar/Exportar, disponível no menu Ferramentas, o usuário terá acesso ao recurso que permite enviar conteúdos da página por e-mail.
- d) ao navegar na Internet, o sistema mantém um histórico da navegação, que pode ser apagado a partir do menu Ferramentas, submenu Excluir Histórico de Navegação.

Espaço para rascunho

Questão 19

Os recursos de tratamento de legendas e índices auxiliam no processamento de textos, permitindo, por exemplo, a construção automatizada de sumários e índices de figuras. No LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, na sua configuração padrão em português, tem-se que

- a) a inserção de uma legenda em uma figura pode ser feita clicando-se com o botão auxiliar do mouse sobre ela e escolhendo a opção Legenda.
- b) o recurso de Referência, disponível no menu Formatar, permite ao usuário criar um índice de figuras.
- c) a criação do índice remissivo pode ser feita a partir da seleção do menu Ferramentas, submenu Índice, opção Índice Remissivo.
- d) ao selecionar-se o menu Inserir e submenu Campo, o usuário poderá inserir um sumário analítico dos títulos incluídos no documento.

Questão 20

O LibreOffice Calc é um software que permite a criação e edição de planilhas eletrônicas. Em sua versão 3.6.3.2, na sua configuração padrão em português, é possível criar várias planilhas em um mesmo documento, bem como referenciar células entre essas planilhas. Considerando-se um arquivo em que existam duas planilhas, Planilha1 e Planilha2, tem-se que

- a) a referência entre planilhas deve ser feita utilizando-se também o nome do documento, no formato NomePlanilha.NomeDocumento.Célula (por exemplo: Planilha1.Folha.C13).
- b) o recurso de referência entre planilhas pode ser utilizado desde que não existam gráficos que dependam de tais referências.
- c) a fórmula =C13+Planilha2.C7, inserida na célula C7 da Planilha1, indica a soma entre o conteúdo da célula C13 da Planilha1 e C7 da Planilha2.
- d) a referência entre planilhas é feita utilizando-se o recurso de programação de macros, no formato NomeMacro.NomePlanilha.Célula (por exemplo: Soma.Planilha1.C3).

Espaço para rascunho

Noções de Direito Administrativo**Questão 21**

Em relação à organização da Administração, verifica-se que são pessoas políticas:

- a) as sociedades de economia mista e as fundações públicas.
- b) as empresas públicas e as autarquias.
- c) a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- d) as autarquias e as fundações públicas.

Questão 22

Acerca da autarquia, tem-se que

- a) é pessoa jurídica de direito privado, sem privilégios e restrições.
- b) é instituída por decreto específico.
- c) é passível de perder bens por meio do usucapião.
- d) é pessoa jurídica distinta do ente federado que a criou.

Questão 23

Em relação aos servidores públicos, tem-se que

- a) os servidores estatutários são ocupantes de cargos públicos.
- b) os contratados sob o regime celetista são ocupantes de cargos públicos.
- c) os servidores estatutários são ocupantes de emprego público.
- d) os contratados temporariamente são ocupantes de emprego público.

Questão 24

No que diz respeito à doutrina da responsabilidade civil do Estado, a responsabilidade objetiva é ligada à teoria

- a) da irresponsabilidade
- b) do risco
- c) da culpa
- d) civilista da culpa

Questão 25

Acerca do controle do ato administrativo, tem-se que

- a) a anulação ocorre por decisão da Administração ou do Poder Judiciário por ofensa à legalidade.
- b) a anulação ocorre por juízo de conveniência da Administração.
- c) a revogação ocorre na situação em que o ato foi praticado em ofensa à legalidade.
- d) a revogação e a anulação ocorrem exclusivamente por decisão do Poder Judiciário.

Questão 26

Segundo a doutrina da execução dos serviços públicos, a forma da prestação do serviço postal feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, empresa pública federal, é

- a) descentralizada por colaboração
- b) centralizada
- c) descentralizada por serviço
- d) desconcentrada centralizada

Questão 27

A delegação do serviço público por meio da concessão pressupõe processo de licitação na modalidade

- a) registro de preços
- b) convite
- c) pregão
- d) concorrência

Questão 28

A Constituição Federal do Brasil garante a liberdade de pensamento, tanto no seu aspecto positivo quanto no negativo. Em razão disso, a livre manifestação do pensamento

- a) deve ser interpretada, pelos órgãos administrativos e jurisdicionais, dentro dos limites que permitam o controle de emissões lícitas.
- b) é passível de apreciação pelo judiciário para apurar eventual responsabilidade civil e penal do manifestante.
- c) é passível de censura prévia pelo poder executivo, para aferição de prática de delito pelo manifestante.
- d) deve ser garantida a todas as pessoas, desde que não seja favorável à legalização de práticas criminosas.

Questão 29

No âmbito da proteção aos direitos e garantias fundamentais, especificamente na esfera das garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos, o art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal, instituiu o mandado de segurança coletivo, estabelecendo como legitimados para a sua proposição

- a) associação legalmente constituída a partir da data da propositura do mandado de segurança coletivo, que esteja atuando na defesa dos próprios interesses.
- b) organização sindical legalmente constituída há três anos e que esteja atuando na defesa de interesses difusos.
- c) partidos políticos que tenham um número mínimo de quinhentos afiliados e que estejam atuando na defesa dos interesses da coletividade.
- d) entidade de classe, legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, que esteja atuando na defesa de interesse de seus membros.

Questão 30

No capítulo que trata da seguridade social, especificamente no art. 201, a Constituição Federal dispõe sobre a organização da previdência social. Considerando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, a Carta Magna preceitua que

- a) a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, é permitida para participante de regime previdenciário próprio.
- b) a pensão previdenciária por morte do segurado será garantida ao cônjuge supérstite, desde que seja mulher ou menor de idade.
- c) a cobertura, no âmbito da previdência social, deve observar os eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, para todos.
- d) o benefício previdenciário que substitui o salário de contribuição poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo então praticado.

Espaço para rascunho

Questão 31

A Constituição Federal reconhece na família a base da sociedade, cuja proteção é devida pelo Estado e garantida legal e constitucionalmente. O Supremo Tribunal Federal, como intérprete e guardião da ordem constitucional, manifestou entendimento no sentido de que o conceito de família contido no texto constitucional merece interpretação

- a) analógica, sendo nele compreendidas as entidades formadas pela união de pessoas de sexo diferente pelo casamento ou por meio da união estável.
- b) literal, sendo nele compreendida a união de pessoas de sexo diferente, pelo casamento civil ou religioso, realizado sob o regime legal.
- c) literal, sendo nele compreendida a união de pessoas de sexo diferente pelo casamento civil, realizado sob qualquer de seus regimes jurídicos.
- d) de acordo com os valores constitucionais, sendo nele compreendidas também as entidades formadas pela união de pessoas do mesmo sexo.

Questão 32

O Supremo Tribunal Federal, consoante o disposto no art. 101 da Constituição Federal, é composto de onze ministros, divididos em duas turmas e um presidente. Os membros desse Tribunal são escolhidos pelo(a)

- a) Presidente da República e nomeados pela mesma autoridade, depois de sabatinados e aprovados pelo Senado Federal.
- b) Presidente da República, depois de sabatinados e aprovados pelo Congresso Nacional.
- c) Senado Federal, depois de sabatinados pela mesma Casa e nomeados pelo Presidente da República.
- d) Congresso Nacional, depois de sabatinados pelo Senado Federal e indicados pelo presidente da República.

Questão 33

A segurança pública, consoante o disposto na Constituição Federal, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Nesse sentido, tem-se que

- a) o planejamento e a solução das controvérsias sobre a paz pública devem ser tratados com a comunidade.
- b) a segurança pública diz respeito exclusivamente à polícia, dentre os órgãos governamentais.
- c) as medidas sociais de prevenção ao delito são de competência das polícias estadual e federal.
- d) a política nacional de segurança pública é estabelecida pela polícia federal e pelas forças armadas.

Questão 34

Dentre as atribuições do(a) Presidente da República, a Constituição Federal lhe confere um poder regulamentar, o qual

- a) admite a expedição de decretos regulamentares e autônomos com a finalidade de organizar a estrutura judicial, encontrando nesta seus limites materiais.
- b) se restringe à expedição de regulamentos, cuja função é facilitar a aplicação da lei, nela encontrando seus limites materiais.
- c) se limita à expedição de decretos e regulamentos vinculados a dispositivo legal preexistente, nele encontrando seus limites formais.
- d) admite a expedição de decretos autônomos com a finalidade de organizar a administração pública, encontrando aí limites formais e materiais.

Espaço para rascunho

Questão 35

Sobre sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal, verifica-se que

- a) há hipóteses em que a lei se refere à vítima em relação às suas condições físicas ou psíquicas, embora nem todas as pessoas possam ser sujeito passivo do crime.
- b) sujeito passivo do crime não é o titular do bem jurídico ameaçado pela conduta criminosa.
- c) sujeito ativo do crime é aquele que pratica a conduta descrita em lei, ou seja, o fato típico.
- d) capacidade penal do sujeito ativo ou inimputável pode não ter a capacidade penal se passar a sofrer de doença mental após o delito.

Questão 36

No que respeita a erro de tipo e erro de proibição, tem-se o seguinte:

- a) é possível afirmar que o sujeito, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, pode ser que encontra-se em fase de estado de necessidade, de legítima defesa, de estrito cumprimento do dever legal e de exercício regular de direito.
- b) não há erro de proibição quando o autor supõe, sem erro, que seu comportamento é ilícito.
- c) o agente, no erro de proibição, faz um juízo acatado sobre aquilo que lhe é permitido fazer na sociedade.
- d) erro de tipo nada mais é que aquele que não incide sobre os pressupostos de fato de uma causa de justificação ou sobre dados secundários da norma penal incriminadora.

Questão 37

Tício Ponta Grossa nunca havia conduzido veículo. Ao ver seu pai sentindo fortes dores, conduz veículo em direção ao hospital. No trajeto atropela e mata João da Silva. Ao fazer isso, pratica uma conduta culposa

- a) inconsciente
- b) imperita
- c) imprudente
- d) negligente

Questão 38

Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração, verifica-se que

- a) peculato é apropriar-se o funcionário público de dinheiro, ou de bem móvel ou público ou particular, de que se tem posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito exclusivamente próprio.
- b) comete concussão quem não exige para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes dela, vantagem indevida.
- c) acelerar, adiantar indevidamente ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal incorre em crime de prevaricação.
- d) solicitar ou receber, para si ou outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função antes de assumi-la, vantagem indevida, reputa-se em corrupção ativa.

Questão 39

Comete o crime de tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual:

- a) funcionários de alfândega
- b) traficantes
- c) meretrício feminino
- d) meretrício masculino

Espaço para rascunho

Questão 40

A Lei 11.340/ 2006 (Lei Maria da Penha) dispõe que

- a) será assegurado somente às mulheres e homens, independente de classe, raça, ou etnia, nível educacional, idade e religião, gozar dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
- b) devem ser criados mecanismos para coibir e prevenir violência doméstica praticada contra homens e mulheres.
- c) não são formas de violência doméstica a violência física, a psicológica, a sexual, a violência patrimonial e a violência moral.
- d) a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações.

Questão 41

A Lei 11.343 / 2006, que trata do crime de posse de drogas para consumo previsto no artigo 28, dispõe que:

- a) para determinar se a droga se destina a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida.
- b) será impetrado habeas corpus para liberação do réu.
- c) a pena será cumprida com prestação de serviços comunitários.
- d) o infrator nos casos de posse de drogas será submetido em caso de reincidência pelo prazo máximo de 10 anos.

Questão 42

Para que ocorra o concurso de pessoas, são indispensáveis

- a) autoria
- b) pluralidade de condutas, relevância causal de cada uma das ações
- c) participação e coautoria
- d) coautoria e autoria

Espaço para rascunho

Noções de Direito Processual Penal**Questão 43**

O procedimento comum, segundo o Código de Processo Penal, será

- a) sumário, quando tiver por objeto, crime cuja sanção máxima cominada for igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) sumário, quando tiver por objeto, infrações penais de menor potencial ofensivo.
- c) ordinário, quando tiver por objeto, infrações penais punidas com detenção ou prisão simples.
- d) ordinário, quando tiver por objeto, crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 44

Segundo a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), são asseguradas aos adolescentes as seguintes garantias:

- a) ter conhecimento formal da atribuição de ato infracional, por meio da notificação de seus pais ou responsáveis, mas não por citação pessoal, para evitar constrangimento.
- b) direito de serem ouvidos por meio de seus pais ou responsáveis, mas não pessoalmente, em razão da inimputabilidade.
- c) igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias a sua defesa.
- d) direito de solicitar a presença dos pais ou responsáveis na primeira fase do procedimento criminal, enquanto não estiverem na presença do juiz ou promotor de justiça.

Questão 45

A prisão preventiva

- a) deverá, em caso de decretação, ser devidamente fundamentada, mas, depois de decretada, só poderá ser revogada após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) será decretada pela autoridade policial, no curso do inquérito policial, e pelo juiz, no curso da ação penal.
- c) poderá ser decretada como garantia da ordem pública, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- d) não poderá ser requerida pelo Ministério Público durante o curso do inquérito policial, mas somente após o recebimento da denúncia.

Questão 46

O *habeas corpus*

- a) será concedido sempre que alguém sofrer violência efetiva na sua liberdade de ir e vir, mas não será passível de concessão em caso de alguém se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal.
- b) não será cabível para apreciar a conveniência ou oportunidade da aplicação de punição disciplinar militar.
- c) não poderá ser impetrado pelo próprio paciente, ressalvada a hipótese de este possuir capacidade postulatória.
- d) não poderá ser impetrado por promotor de justiça, mas apenas por advogado, uma vez que este age em benefício de quem tem sua liberdade cerceada.

Espaço para rascunho

Questão 47

A interceptação telefônica, segundo a Lei nº 9.296/96,

- a) será autorizada, conforme entendimento jurisprudencial, no prazo de 48 horas, não existindo previsão legal de prazo para o juiz decidir sobre sua autorização.
- b) terá seu requerimento necessariamente por escrito, independentemente da urgência do caso.
- c) não será admitida se o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- d) poderá ser determinada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial na investigação criminal ou na instrução processual penal.

Questão 48

Nos juizados especiais criminais, segundo a Lei nº 9.099/95,

- a) o réu não encontrado será, no próprio juizado especial, citado por edital, procedimento este compatível com a sistemática da Lei nº 9.099/95.
- b) durante o período de suspensão condicional do processo não fluirá o prazo prescricional.
- c) a denúncia será oral, mas, se oferecida sem o rol de testemunhas, não poderá ser recebida.
- d) a transação penal independe de aceitação do autor do fato, uma vez que se caracteriza como confissão de culpa.

Questão 49

Sobre a sentença, segundo o Código de Processo Penal, verifica-se que o magistrado:

- a) aplicará as penas de acordo com as suas conclusões, mas não poderá fixar o valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração, questão esta a ser resolvida no juízo cível.
- b) ao prolatar a sentença absolutória, não mandará por o réu em liberdade até o seu trânsito em julgado.
- c) nos crimes de ação pública, poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.
- d) não precisará fundamentar a sentença absolutória, mas necessariamente deverá fundamentar a condenatória, em face do princípio da ampla defesa.

Questão 50

Sobre a ação penal, segundo o Código de Processo Penal, verifica-se que

- a) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- b) a representação do ofendido, nos casos de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada, vincula o promotor de justiça ao oferecimento da denúncia.
- c) o prazo para oferecimento de queixa pelo ofendido prescreverá se não exercido dentro do prazo de 6 meses, contados do dia em que se tomar conhecimento do autor do crime.
- d) a inobservância do prazo para oferecimento da denúncia, pelo Ministério Público, na ação penal pública incondicionada, acarretará a preempção e seu não recebimento pelo judiciário.

Espaço para rascunho

Redação

Recentemente, um episódio acontecido numa concessionária de carros de luxo, no Rio de Janeiro, suscitou acalorada polêmica. A esse respeito, leia a coletânea de textos a seguir.

Texto 1

No último dia 12 de janeiro, Priscilla Celeste Munk foi com o marido e o filho adotivo de sete anos, que é negro, à concessionária Autokraft, da BMW, na zona oeste do Rio de Janeiro. A mãe afirma que, enquanto olhavam os automóveis aguardando atendimento, o filho assistia à televisão, sentado no sofá. "O gerente de vendas da concessionária veio nos atender. Estávamos conversando com ele, quando nosso filho se aproximou. O gerente voltou-se imediatamente para ele e, sem pestanejar, mandou que se retirasse da loja dizendo que ali não era lugar para ele", diz o relato da mãe. Priscilla diz que tanto o filho quanto ela não compreenderam de imediato o gesto do vendedor, e que o marido perguntou, então, por qual razão o menino deveria se retirar. Segundo a mãe, a resposta do funcionário foi: "Porque eles pedem dinheiro, incomodam os clientes." Os pais alegam que o fato de o gerente não ter percebido que o menino é filho deles e a conclusão imediata de que um menino negro, aparentemente sozinho, dentro de uma concessionária BMW, seria um menor desacompanhado, além da atitude de colocá-lo para fora da loja, não constituem, em hipótese alguma, um mal-entendido. "Trata-se de preconceito de raça, sem qualquer possibilidade de outra interpretação".

MÃE afirma que BMW expulsou filho negro de concessionária no Rio. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201301231845_TRR_81942422>. Acesso em: 4 mar. 2013. (Adaptado).

Texto 2

Ao contrário das palavras, que podem ser discutidas fora de contexto, os significados das pistas de contextualização são implícitos. Geralmente não nos referimos a eles fora do seu contexto. O valor sinalizador depende do reconhecimento tácito desse significado por parte dos participantes. Quando todos os participantes entendem e notam as pistas relevantes, os processos interpretativos são tomados como pressupostos e normalmente têm lugar sem ser percebidos. Entretanto, quando um ouvinte não reage a uma das pistas, ou não conhece sua função, pode haver divergências de interpretação e mal-entendidos. É importante observar quando se chama a atenção de um dos participantes para uma interpretação diferente, há uma tendência a reações em termos de uma questão de postura ou atitude. Dizemos que o falante é antipático, impertinente, grosseiro, não-cooperativo, ou que não está entendendo.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. (Org.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 153.

Texto 3

A cena foi prosaica: a família foi à concessionária e o filho se entreteve com uma televisão. O gerente os atendeu como um casal desacompanhado. Quando a criança se aproximou, a cor de sua pele resumiu a impertinência de sua presença em um lugar onde somente brancos e ricos seriam bem-vindos. Imagino que o monólogo do gerente com a criança sem nome nem rosto, mas rejeitada pela cor, tenha sido adequadamente reproduzido pela mãe. A combinação entre um "você" que olha, mas ignora a criança, e um abstrato "eles", que não olha, mas registra a desigualdade, é poderosa para resumir a racialização de classe da sociedade brasileira. Em poucas palavras, o gesto do funcionário da concessionária oscilou entre dois universos, ambos movidos pela mesma inquietação moral: como proteger os ricos dos pobres, os brancos dos negros. O gerente não cogitou estar diante de uma família multirracial, mas de clientes brancos e de um menino negro pedinte que perturbaria a tranquilidade do consumo. A impertinência do caso é, exatamente, estremecer essa ordem silenciosa da desigualdade racial e de classe da sociedade brasileira. Por isso, com a devida sensibilidade do capitalismo global, a concessionária da BMW optou por descrever o caso como um "mal-entendido".

DINIZ, Debora. Antropóloga disseca caso de racismo na BMW. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/racismo-preconceito/racismo-no-brasil/17091antropologa-disseca-caso-de-racismo-na-bmw>>. Acesso em: 3 mar. 2013. (Adaptado).

Texto 4

Preconceito racial e discriminação racial são duas coisas diferentes. O preconceito é um sentimento, fruto de condicionamento cultural ou de uma deformação mental, mas sempre incorrigível. Não se legisla sobre sentimentos, não se muda, por decreto, um hábito de pensamento ou uma convicção herdada. Já a discriminação racial é o preconceito determinando atitudes, políticas, oportunidades e direitos, o convívio social e o econômico. Não se pode coagir ninguém a gostar de quem não gosta, mas qualquer sociedade democrática, para desmentir o nome, deve combater a discriminação por todos os meios – inclusive a coação.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Racismo*. Disponível em: <<http://cronicasbrasil.blogspot.com.br/search/label/Racismo>>. Acesso em: 4 mar. 2013. (Adaptado).

Com base na leitura da coletânea, redija um texto dissertativo argumentativo discutindo a seguinte questão-tema:

**O gesto do vendedor da loja de carros de luxo, no Rio de Janeiro:
mal-entendido? Preconceito de raça? Outras formas de interpretações?**

Espaço para rascunho

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

